

CUIDADO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO: REVISÃO NARRATIVA SOBRE RACISMO OBSTÉTRICO

LUIZA ROCHA BRAGA¹; SIMONE BARBOSA PEREIRA²; JÉSSICA TRETTIM³;
MARINA SOARES MOTA⁴

¹Universidade Federal de Pelotas – luizarochab@gmail.com

²Universidade Católica de Pelotas - simone.pereira@sou.ucpel.edu.br

³Universidade Católica de Pelotas - jessica.treirim@sou.ucpel.edu.br

⁴ Universidade Federal de Pelotas – msm.mari.gro@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A disparidade entre os gênero é algo real e nítido em esfera global, sendo que frente a essa problemática a Assembleia da Organização das Ações Unidas estabelecerem os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, tendo o quinto Igualdade de Gênero a intenção de alcançar a igualdade entre os gêneros e empoderar todas as mulheres e meninas. Para isso, é preciso o pensamento interseccional enquanto ferramenta analítica que compreende o cisheteropatriarcado, o capitalismo e o racismo como alicerces das opressões produtoras das desigualdades vividas especialmente pelas mulheres negras (COLLINS, BILGE, 2021).

Historicamente, as mulheres negras têm sido vítimas das diferentes formas de racismo, seja ele individual, estruturais e institucionais, incluindo nos serviços de saúde. Desde o período escravocrata, os corpos negros foram tratados como instrumentos de exploração, inclusive na área da reprodução, como evidenciado na prática de esterilizações forçadas que marcaram o século XX no Brasil. Esse legado persiste até os dias atuais na forma de racismo obstétrico, que se manifesta em atitudes discriminatórias, negligência no atendimento, e a perpetuação de mitos como a suposta resistência à dor das mulheres negras, levando à submedicação durante o parto (BAUMGARTEN, 2022).

O racismo obstétrico é um fenômeno crescente no campo da saúde reprodutiva, descrito como a discriminação racial sofrida por mulheres negras durante a gestação, parto e pós-parto. Essa prática violenta é permeada por estereótipos e desigualdades estruturais, resultando em consequências graves para a saúde física e mental dessas mulheres, além de contribuir para a perpetuação das desigualdades raciais no Brasil e em outros países.

Destaca-se, nesse contexto de violência obstétrica racial, o caso de Alyne da Silva Pimentel Teixeira, onde foi possível observar uma interseção entre raça e gênero culminando na morte de uma mulher negra, durante o parto. Esse caso obteve notoriedade, infelizmente, por seu trágico desfecho, e a partir dele foi criada a Portaria 5350/2024, a qual dispõe sobre a Rede Alyne, esta busca estabelecer diretrizes voltadas ao enfrentamento da violência obstétrica e não obstante, enfatiza a promoção da equidade, observando as iniquidades étnico-raciais. Sendo assim, essa Rede enfatiza a importância do respeito à dignidade da mulher no parto e nascimento e a segurança e garantia dos direitos humanos (BRASIL, 2024). Frente aos exposto, o presente resumo objetiva discutir o racismo obstétrico no Brasil.

2. METODOLOGIA

Este resumo trata-se de uma revisão narrativa de literatura que envolve uma série de etapas que visam sintetizar e interpretar de forma qualitativa as evidências disponíveis sobre um determinado tema (LEHMANN, 2020). A busca foi realizada em bases de dados relevantes, utilizando palavras-chave que correspondiam ao tema. Os achados da revisão foram sintetizados apresentando uma visão crítica do tema.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos apontam que mulheres negras estão mais suscetíveis a complicações durante a gravidez e o parto, incluindo maior mortalidade materna. Segundo o *Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna* (2021), a mortalidade materna entre mulheres negras é significativamente maior em comparação a mulheres brancas. Isso se deve, em grande parte, ao acesso desigual aos serviços de saúde e à qualidade inferior no atendimento recebido, muitas vezes motivado por racismo institucional (DINIZ, 2020).

No Brasil, o racismo obstétrico tem recebido atenção crescente nos últimos anos, especialmente com o fortalecimento de movimentos feministas e antirracistas. A luta das mulheres negras por um atendimento de qualidade, sem discriminação, tem ganhado força por meio de campanhas de conscientização e denúncias de violências vivenciadas nas maternidades públicas e privadas (MENEZES et al., 2021).

As consequências do racismo obstétrico vão além dos danos físicos imediatos, afetando também a saúde mental das mulheres negras. Sentimentos de desvalorização, desumanização e insegurança permeiam suas experiências no parto, gerando traumas psicológicos que podem impactar negativamente sua relação com a maternidade e com os serviços de saúde no futuro (SILVA & CARNEIRO, 2023).

Para combater o racismo obstétrico, algumas estratégias estão sendo implementadas. A formação de profissionais de saúde tem buscado incluir a conscientização sobre racismo e desigualdade social nos currículos das escolas de medicina e enfermagem. Além disso, políticas públicas, como a Rede Cegonha, por anos tentaram garantir um atendimento mais humanizado, mas a eficácia dessas medidas ainda é limitada pela falta de supervisão e responsabilização das instituições de saúde (SANTOS et al., 2023). Atualmente essa rede foi reestruturada pela Rede Alyne em busca de melhorar o cuidado propondo um modelo de cuidado integral e humanizado para a saúde da gestante, parturiente, puérpera e bebê na rede pública de saúde apontando que a intersecção de raça/cor é um importante marcador que precisa ser visualizado em especial pelas maiores taxas de mortalidade de mães negras.

Pesquisas, como a de Moraes et al. (2021), destacam que as mulheres negras muitas vezes relatam experiências de desumanização e negligência nos serviços de saúde, levando a um aumento na mortalidade materna. Da mesma forma, Mello et al. (2020) abordam como o preconceito racial se manifesta nas interações entre profissionais de saúde e pacientes, contribuindo para um ambiente hostil que impacta negativamente a saúde das mulheres negras. Além disso, a revisão de Pereira et al. (2022) conclui que a formação de profissionais de saúde deve incluir a discussão sobre raça e suas implicações na prática obstétrica. O reconhecimento dessas questões é crucial para promover um atendimento mais equitativo e respeitoso, e garantir que todas as mulheres recebam os cuidados que merecem.

O racismo obstétrico é uma grave violação dos direitos humanos, e combater essa prática requer ações coordenadas em várias frentes: da educação dos profissionais de saúde à implementação de políticas públicas que assegurem o direito das mulheres negras a um atendimento digno e livre de discriminação. É essencial que esse tema continue a ser debatido e que as vozes das mulheres negras sejam ouvidas e respeitadas para garantir avanços significativos na redução das desigualdades raciais na saúde.

4. CONCLUSÃO

Falar sobre racismo obstétrico evidencia a necessidade urgente de reconhecer e abordar as desigualdades raciais no cuidado perinatal. Estudos recentes mostram que mulheres negras e indígenas enfrentam barreiras significativas no acesso a cuidados adequados durante a gravidez, parto e pós-parto, o que resulta em desfechos adversos para mães e bebês. Portanto, é imprescindível que as políticas públicas e as práticas de saúde sejam reformuladas para combater o racismo obstétrico, promovendo a equidade no cuidado obstétrico e assegurando melhores resultados para todas as mulheres, independentemente de sua raça ou etnia.

5. REFERÊNCIAS

- BRASIL . Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. *Portaria GM/MS nº 5350*, de 12 de setembro de 2024.
- BAUMGARTENS, A. (2022). *Racismo obstétrico: Uma análise das iniquidades no atendimento materno-infantil no Brasil*. São Paulo: Editora Zahar.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.
- DINIZ, C. S. G. (2020). Racismo obstétrico e o cuidado reprodutivo das mulheres negras. *Revista Brasileira de Saúde Materna e Infantil*, 20(4), 587-596. <https://doi.org/10.1590/S1519-38292020000400002>
- LEHMANN, Vinícius. *Elaboração de Revisões Narrativas de Literatura: Aspectos Práticos e Metodológicos*. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2020.
- MELLO, L. et al. "Preconceito racial na assistência ao parto: um estudo qualitativo." *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 10, p. e00123420, 2020.
- MENEZES, G., SILVA, L., & CARDOSO, J. (2021). Racismo, gênero e saúde: As vivências de mulheres negras no parto. *Saúde em Debate*, 45(128), 345-355. <https://doi.org/10.1590/S0103-11042021012815>
- MORAES, T. et al. "Racismo obstétrico: uma questão de saúde pública." *Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil*, v. 21, n. 3, p. 513-520, 2021.
- Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna. (2021). Ministério da Saúde, Brasil. Recuperado de <http://saude.gov.br/mortalidade-materna>
- PEREIRA, T. et al. "Formação de profissionais de saúde e o racismo obstétrico." *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 46, n. 2, p. 38-45, 2022.
- SANTOS, M. P., ALMEIDA, V. S., & ROCHA, F. C. (2023). Racismo na saúde materna: Políticas públicas e seus desafios. *Cadernos de Saúde Pública*, 39(5), e00051223. <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN051223>
- SILVA, T. R., & CARNEIRO, R. A. (2023). Violências no parto: Racismo e saúde mental das mulheres negras. *Psicologia & Sociedade*, 35(2), 111-122. <https://doi.org/10.1590/S0102-718220230002123>